Corpo de marinheiros

1.^a Brigada:

Primeiros ou segundos sargentos artilheiros	2
Cabo artilheiro	1
Primeiros ou segundos artilheiros.	2

3.^a Brigada:

Sargento ajudante de manobra	1
Primeiros ou segundos sargentos de manobra	3
Cabos marinheiros	4
Primeiros marinheiros	8
Segundos marinheiros	8
Grumetes	10
Primeiros ou segundos marinheiros T. S.	2

5.^a Brigada:

Primeiro ou segundo sargento enfermeiro	1
Despenseiro	1
Criados de câmara	2
Cozinheiros	2
Corneteiros	2

Total. 49

Total geral 56

Paços do Governo da República, 19 de Fevereiro de 1923. — O Ministro da Marinha, *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*.

Intendência de Marinha

Repartição de Pescarias e Serviços de Aquicultura

Decreto n.º 8:650

Atendendo a que o artigo 43.º da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro findo, autoriza o Governo a providenciar sobre os casos omissos ou dificuldades que surjam na aplicação da referida lei;

Considerando que no artigo 36.º, que se refere aos serviços autónomos, não pode ser incluído o Aquário Vasco da Gama, visto não ter receitas suficientes;

Considerando que pela lei n.º 1:355 todos os servidores do Estado têm direito a que os seus vencimentos sejam completados por uma percentagem de melhoria;

Considerando ainda que o Aquário Vasco da Gama não pode pagar da sua dotação as melhorias acima mencionadas:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A melhoria a que se refere a lei n.º 1:355, de 15 de Setembro findo, a todos os servidores do Estado que prestam serviço no Aquário Vasco da Gama será satisfeita pela verba inscrita no capítulo 5.º da despesa extraordinária do Ministério da Marinha do corrente ano económico.

§ único. A despesa de que trata este artigo será escriptura em rubrica especial, «Melhoria de vencimentos pela lei n.º 1:355 ao pessoal técnico e assalariado em serviço no Aquário Vasco da Gama».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 19 de Fevereiro de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Maria da Silva* — *António Abranches Ferrão* — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães* — *Fernando Augusto Freiria* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho* — *Domingos Leite Pereira* — *João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes* — *Alfredo Rodrigues Gaspar* — *João José da Conceição Camoesas* — *Alberto da Cunha Rocha Saraiva* — *Abel Fontoura da Costa*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 8:651

Considerando que o artigo 32.º da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro de 1922, manda que sejam equiparados os vencimentos de todos os funcionários das Secretarias das Direcções Gerais dos Ministérios e dos serviços às mesmas equiparados;

Tendo em vista os vencimentos estabelecidos pelo decreto n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, tendo ouvido o Conselho de Ministros, para o efeito do disposto no artigo 9.º da lei n.º 1:356, de 15 de Setembro de 1922, decretar:

Artigo 1.º Os vencimentos melhorados, a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro de 1922, a abonar aos funcionários dependentes da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, desde Julho de 1922 inclusive, serão iguais aos vencimentos percebidos pelos funcionários de iguais categorias das Secretarias das Direcções Gerais dos Ministérios e dos serviços às mesmas equiparados.

Art. 2.º Os vencimentos dos funcionários dos correios e telégrafos para os quais não haja equivalência de categoria nos diversos Ministérios e outros serviços serão fixados, por interpolação, entre os vencimentos limites correspondentes.

Art. 3.º As gratificações de exercício, por cargos de direcção e por especialização, bem como as restantes gratificações de exercício, constantes do artigo 461.º do decreto n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919, serão consideradas como vencimento de exercício, nos termos do artigo 16.º da citada lei n.º 1:355, sem dependência do disposto no seu artigo 15.º

Os Ministros das Finanças e do Comércio e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 19 de Fevereiro de 1923. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães* — *João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes*.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Decreto n.º 8:652

Considerando que o decreto n.º 7:597, de 14 de Julho de 1921, que estabeleceu o regime das subvenções diferenciais para os funcionários do Pôrto de Lisboa, foi publicado ao abrigo das disposições constantes do decreto n.º 7:088, de 4 de Novembro de 1920;

Considerando que, posteriormente à publicação do decreto n.º 7:088, foram os vencimentos dos funcionários melhorados em várias Secretarias do Estado;

Considerando que, por motivo destes melhoramentos, a execução das disposições do artigo 32.º e seus parágrafos da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro de 1922, produziu grande alteração na situação relativa dos funcionários do Pôrto de Lisboa, estabelecida pelo citado decreto n.º 7:597, de 14 de Julho de 1921, quanto a vencimentos, alteração que não pode manter-se sem prejuízo da disciplina dos serviços;

Considerando o que a própria lei n.º 1:355 estabelece no seu artigo 15.º;

Em conformidade com o disposto nos artigos 42.º e 43.º da lei n.º 1:355 e no artigo 9.º da lei n.º 1:356, de 15 de Setembro de 1922, e usando da faculdade confe-